



BIBLIOTECAS
MUNICIPAIS
DE LISBOA

O ESPECTRO¹ – periódico **panfletário**, conotado com o movimento da **contrarrevolução monárquica**, que se publicou em **Lisboa**, em **Agosto de 1915**. Somou apenas **dois números**, mas a oferta em preçário, ao lado da venda avulsa (30 réis), da assinatura da série de dez números (350 réis) levamos a concluir que o «**proprietário, editor e director**», **Astrigildo Chaves** (Évora, 1886 – Lisboa, 1926), teria em horizonte uma publicação mais duradoura.²

A razão que ditou o fim d'O *Especto* é-nos desconhecida, mas não é de descartar a possibilidade de ter sido alvo de censura pelas autoridades ou da fúria de algum grupo de republicanos “ofendidos” com os impropérios lançados no panfleto contra a República e os dirigentes republicanos.

Astrigildo Chaves não era um inocente, era um provocador e um exaltado – ou um “mártir” como ele se autoproclamava – e dizia-se **pronto para pagar com a sua liberdade a defesa da causa monárquica**: «Pode suceder que, durante a sua travessia por este Inferno Democrático, seja sepultado n'uma masmorra, a ver se socumbe e deixa de os seguir a sombra sangrenta apavorante. (...) Pode suceder, também, que nas gargantas d'esta diabólica Falperra, onde a fraternidade jacobina pôz de emboscada, á espreita, o sicário cavarde (bons tempos, ó Sampaio, esses em que o adversario sahia de frente e o maior mal era o arcabuz) o espere a lamina hervada de um estylete ou a nitro inflamada de uma bomba de versão. Pouco se lhes dá ó monstros! Teem sede do seu sangue – bebam-n'ó. A arma do *Espectro* é esta pena: se o matarem, morrerá com honra, em plena lucta. Os libelos formidando dos seus panfletos lhe sobreviverão, uivando maldições.»³

¹ Evoca um jornal panfletário e clandestino com o mesmo título, publicado durante a Guerra da Patuleia (1846-47), que opôs cartistas contra setembristas/miguelistas. Rodrigues Sampaio, diretor do jornal *A Revolução Setembro*, à época suspenso, foi o animador desta folha célebre que se bateu como nenhuma outra pelos valores da «Liberdade, Igualdade, Fraternidade», emanados da Revolução Francesa. Astrigildo Chaves sentia profunda atração pelo ardor revolucionário e o radicalismo que as páginas d'O *Espectro* exalavam. Mas do ponto de vista ideológico estava nos antípodas de Rodrigues Sampaio, como aliás reconhece logo no texto de abertura do primeiro número. Informa-se ainda que *O Espectro* de 1846-47 já deambula pela galeria da Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OEspectro/OEspectro.htm>

² A este propósito, evoca-se aqui outra publicação da iniciativa de Astrigildo Chaves, *A Monarquia*, que apareceu a 25 de Janeiro de 1916 e se manteve até Março. Logo no primeiro número, Astrigildo fez constar que para compensar os assinantes d'O *Espectro*, disponibilizava-lhes gratuitamente *A Monarquia*, até à liquidação da dívida que resultara da interrupção da publicação. Para mais informação remetemos para a «Ficha Histórica» que Pedro Mesquita redigiu sobre *A Monarquia*, título que também já se encontra acessível na Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AMonarquia/AMonarquia.htm>

³ Cf. *O Espectro*, n.º 1, p. 2.

Como é característico do discurso panfletário impera o dramatismo, o exagero e até uma certa teatralização. De resto, *O Espectro* circulou pelas ruas, pelo que só podemos concluir que o seu diretor se sentiu mergulhado num ambiente suficientemente livre para levar por diante a publicação, sem recorrer sequer ao pseudónimo; para fornecer o endereço da «**redação e administração**», **na Calçada do Combro, 38 – 2.º andar, em Lisboa**; e o mesmo se pode dizer sobre os responsáveis pela **oficina tipográfica**, a **Polycommercial**, localizada **na Rua de Alcântara n.º 41 – A a E**, também na capital.⁴

CONTEXTO E OBJECTIVOS PROGRAMÁTICOS

A passagem do **General Pimenta de Castro** (1846-1918) pela cadeira do poder⁵, embora breve, viera insuflar ainda mais a atividade conspiratória e propagandística dos monárquicos, que se avivava desde a amnistia concedida, a 22 de Fevereiro de 1914⁶, pelo governo de Bernardino Machado. A pretexto dos mesmos propósitos pacificadores e integradores, a **20 de Abril de 1915**⁷, Pimenta de Castro **concedeu uma nova amnistia política**, agora de âmbito mais alargado, isto é, depurada da maioria das restrições previstas no decreto anterior. Como consequência, os principais cabecilhas da contrarrevolução regressaram ao país. Simultaneamente, instalou-se um ambiente de grande tolerância das autoridades para com as iniciativas monárquicas e a sua imprensa.

Muitos monárquicos **anteciparam na ditadura que então se instaurou uma oportunidade para concretizar a restauração**. E essa perspetiva veio reacender a «**questão dinástica**», cuja **verdadeira substância era de natureza ideológica**, ou seja, traduzia o confronto de duas concepções de monarquia antagónicas: D. Manuel representava os princípios do conservadorismo liberal e D. Miguel o tradicionalismo emergente.⁸

A polémica entre as falanges monárquicas não esfriou com o gorar da experiencia ditatorial pimentista a 14 de Maio, por força da indignação da massa republicana, sob a liderança dos democratas de Afonso Costa.⁹ De

⁴ De resto, a Polycommercial aparece invariavelmente associada a publicações monárquicas. Veja-se *A Monarquia*, que além de ser lá impressa, na última página de cada número publicitava outras edições extraídas dos seus prelos.

⁵ De 28/Jan a 14/Maio de 1915.

⁶ Cf. Lei n.º 114.

⁷ Cf. Decreto n.º 1508.

⁸ Cf. SANTOS, Miguel António Dias, «Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)». Tese de doutoramento em História (História Contemporânea) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Orientação de HOMEM, Amadeu José Carvalho. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10316/12380> [Consultada a 15/11/2013], p. 235.

⁹ Nas eleições legislativas de 13 de Junho, o Partido Republicano (dominado pelos democratas) conquistou até uma maioria confortável: 106 deputados e 45 senadores; o Partido Evolucionista ficou-se pelos 26 deputados e 9 senadores; a União Republicana com 15 deputados e 11 senadores; o Partido Socialista elegeu 2 deputados e 2 senadores; o Centro Católico 1 deputado e 1 senador; foram também eleitos 6 deputados independentes e igual número de senadores.

facto, e não obstante as desinteligências que minavam a desejável unidade, os monárquicos **continuaram a entender que a conjuntura lhes era favorável**: as divisões no campo republicano aprofundavam-se, inviabilizando qualquer solução governativa que garantisse a estabilidade política de que o país precisava; a agitação social acompanhava as crescentes dificuldades económico-financeiras do país; e a perspectiva de uma participação na guerra era incompreendida e repudiada pela maioria da população e pelos próprios militares.

A existência d' O Espectro foi, fundamentalmente, guiada pela polémica monárquica, embora não descuidasse a **distribuição regular de doses de ódio contra a República e os republicanos**. O ditador fracassado, **Pimenta de Castro, também não escapou ao «chicote» de Astrigildo Chaves**, que não lhe perdoa nem a brandura nem as hesitações: «A dictadura do general Castro nada podia deixar de perdurável, pois era um governo de entrevados e de cegos. De feito, em vez de exterminar a anarchia das ruas com o sabre e com a lei, com o canhão e o Código Penal, – abriu de par em par as portas ao Terror. Em vez de firmar e consolidar a integridade da Patria, arremessou o corpo esquelético do país para as profundas do inferno, por sobre o qual os corvos repaces das potencias nos espreitam crucitando sinistramente...».¹⁰

E para que os erros se não repitam, Astrigildo Chaves desce ao pormenor de rever o programa que deverá ser posto em prática na próxima oportunidade. O tratamento a aplicar aos republicanos, sob o epíteto «leis de desagravo», dispensa comentários: «repressão imediata e eficaz de todos os crimes e abusos dos governos transactos; destituição de todos os indivíduos pertencentes á *formiga branca*, organização do seu cadastro e castigo dos seus delictos, com penas de prisão, deportamento e até morte para os reincidentes. – Extinção de todos os antros onde se professem ideias jacobinas. – Caça aos detentores de armamento e explosivos...».¹¹

O ajuste de contas atingiu ainda os oficiais monárquicos envolvidos no movimento das espadas, que acusa de corruptos e de traidores por terem dado o seu apoio a Pimenta de Castro: «O general Castro foi firmado no poder – de sabre na bainha, e com a salva de palmas da classe cuja missão é a guerra! O feito heroico que deu alma á officialidade do exercito para o conduzir ao Terreiro do Paço foi a indignidade, a baixeza, a poltroneria, a abjuração de todo o passado glorioso, o escarro imundo e miserável no coração immaculado de Camões – que é como a história hade chamar á pifia – entrega das espadas.»¹²

No que toca à «questão dinástica», **Astrigildo Chaves** assume uma posição muito heterodoxa, pois **embora se afirme manuelista, diverge completamente das posições do rei, pois revela-se um antiliberalista feroz** e, no que toca aos métodos, **um radicalista de têmpera revolucionária**: «A carta constitucional foi a rendição imposta a um povo pelo poder oculto e

¹⁰ Cf. «O “Espectro” no Inferno», n.º 1, pp. 1-5.

¹¹ Cf. *Idem*, p. 3.

¹² Cf. *Idem*, p. 4.

omnipotente da Maçonaria. Tanto se esfaltou Pina Manique a guarnecer as fronteiras contra a invasão dos pedreiros-livres! Tanto berrou o padre Agostinho, o reaccionario frey, cuja obra é uma montanha de lógica e uma columna de Hercules da Tradição. Para quê? Para um dia El-Rei D. Pedro entregar ao povo luso o tal papel – passaporte para o Inferno-politico em que actualmente vivemos!»¹³

A discordância mantém-se no que toca ao conflito europeu, já que **Astrigildo Chaves não se inibia de expressar uma raiva desmedida pela Inglaterra, em razão das sucessivas traições aos acordos firmados com a coroa portuguesa e da contínua espoliação das riquezas pátrias:** «Nem a questão moral nem o interesse nacional nos mandam dar auxilio aos aliados. Ante a questão moral ergue-se do tumulto o espectro severo de El-Rei D. Carlos; o interesse nacional não nos obriga também a ir engrandecer mais o *leopardo inglez*, gordo e poderoso á nossa custa, do oiro do Brasil e da pilhagem dos nossos domínios coloniaes, e de quem até hoje temos sido escravos. Tanto que não há tratado em que a aliada se baseie para levantar d'aqui um exercito, sequer uma espingarda. A não ser que haja qualquer pacto secreto, negociado depois do 5 de outubro...»¹⁴

Quanto à Alemanha: «sempre respeitou os fóros de posse de território que d'outrem são e nunca se serviu da violência, nem de processos indignos, na sua expansão colonial. Isto não é ser germanófilo, embora o fosse, mas proclamar com altivez e nobreza a verdade histórica. A nós, pelo menos, nada nos roubou, jamais de lá nos veio a mais leve afronta.»¹⁵ Por isso, Astrigildo Chaves advogava que **da Alemanha não advinha perigo, mas sim a solução, o modelo, para pôr fim à decadência da nação.** Deveria ser tomada como fonte de inspiração para os monárquicos: «Admirar a Força, o genio empreendedor, a energia máscula, é sentir distender os músculos e ancearmos asas para voar. Não é como o Sr. Cunha e Costa diz, ter perdido os *valores moraes*, mas sentil-os renascer dentro da alma. (...) Os povos em que este fenómeno se gera são aquelles que reagem contra a fatalidade que lhe circunvala ou asfixia a sua esfera de acção, e portanto reagem para sahir do circulo de ferro da imobilidade que mata ou decompõe. Reagir é viver; estar parado revela indecisão, agonia lenta, morte.»¹⁶

O texto que encerra a última edição d' *O Espectro*, supostamente a reprodução de uma carta enviada de Londres por alguém próximo de D. Manuel, constitui exactamente uma renovação do voto na acção. Está centrado na intentona militar, orquestrada pelos monárquicos, que deflagrou em Braga, a 27 de Agosto, atingindo outras cidades do Norte. Embora o movimento tenha sido rapidamente contido, segundo a missiva teve um efeito positivo, pois uniu os monárquicos e saldou-se num reforço «dos elementos combativos», entendasse militares afetos à causa. Mantém-se, portanto, a esperança de uma

¹³ Cf. *Idem*, p. 1.

¹⁴ Cf. «Dom Quixote Cunha e Costa Terror dos germanophilos...», n.º 2, pp. 2-11.

¹⁵ A verdade é que o primeiro confronto entre forças portuguesas e alemãs ocorrera já, em Dezembro de 1914, no sul da colónia angolana, e Astrigildo estava informado.

¹⁶ *Idem*.

restauração, por via revolucionária: «Tem confiança, a basbaquice desconjunta-se cada vez mais. O golpe de misericórdia ser-lhe-ha dado quando menos se esperar.»¹⁷ A história não o confirmou. Os monárquicos nunca conseguiram capitalizar um apoio relevante no exército que lhes permitisse restaurar a monarquia.

Por Rita Correia

Lisboa, Hemeroteca Municipal de Lisboa, 18 de Novembro de 2013.

BIBLIOGRAFIA

RAMOS, RUI – «A segunda Fundação (1890-1926)», in *História de Portugal*, dir. de José Matoso. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VI;

SANTOS, 2009 – SANTOS, Miguel António Dias – «Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)». Tese de doutoramento em História (História Contemporânea) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Orientação de HOMEM, Amadeu José Carvalho. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10316/12380> [Consultada a 15/11/2013]

SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985;

¹⁷ Cf. «Quando se restaura a Monarchia? (uma carta oportuna)», n.º 2, p. 12.